CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

REQUERIMENTO Nº , DE 2011
(Do Sr. Sandro Alex)

Requer a realização de audiência pública para discutir os reflexos dos ataques de *hackers* em portais institucionais do governo brasileiro, para identificar o grau de vulnerabilidade das informações, conhecer o comprometimento desses ataques à segurança nacional, bem como buscar melhorias nas redes de informação governamentais.

Requeiro, nos termos do artigo art. 58, § 2º, V da Constituição Federal, combinado com os arts. 24, III e 255 a 258 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública para discutir os reflexos dos ataques de *hackers* em portais institucionais do governo brasileiro, para identificar o grau de vulnerabilidade das informações, conhecer o comprometimento desses ataques à segurança nacional, bem como buscar melhorias nas redes de informação governamentais.

Para a audiência, devem ser convidadas as seguintes autoridades:

a) **GILBERTO PAGANOTTO** – Diretor Superintendente do Serpro;

b) **CARLOS EDUARDO MIGUEL SOBRAL**, Chefe da Unidade de Repressão a Crimes Cibernéticos da Polícia Federal;

c) **RAPHAEL MANDARINO JÚNIOR,** Chefe do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

d) **MARCELO LAU**, Diretor Executivo da Data Security; e

e) **ALTIERES ROHR**, Editor do site de segurança Linha Defensiva, especializado em tecnologia e segurança da informação.

f) **LUÍS MÁRIO LUCHETTA**, Presidente da Associação das Empresas

Brasileiras de Tecnologia da Informação (ASSESPRO).

JUSTIFICAÇÃO

Os ataques promovidos por piratas de computador tiveram início na quarta-feira, 22 de junho, assumidos pelo LulzSecBrazil, o braço brasileiro de um grupo internacional de *hackers*. O grupo quebrou a segurança de um site do Exército e roubou dados como CPFs e endereços de email. Um dia depois, as páginas da Presidência da República, do Senado e do Ministério dos Esportes sofreram com a ação dos *hackers*. Foram alvo ainda os sites do governo federal, da Previdência, da Petrobras e da Receita Federal. Na sexta-feira, a página oficial da Infraero (estatal que administra os aeroportos brasileiros) saiu do ar, mas, segundo a assessoria de comunicação da estatal, a página passava por uma "manutenção preventiva" e não houve ataque ou tentativa de invasão do sistema.

Nos dois dias seguintes, vários sites oficiais foram invadidos. Entraram na lista as páginas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, da Universidade de Brasília, além de vários ministérios e órgãos oficiais. Algumas áreas do governo que tiveram suas páginas tiradas do ar negaram ataques e disseram que a falha reflete medidas preventivas diante das ameaças.

Os invasores utilizaram o chamado DDoS (sigla em inglês para distributed denial-of-service, ataque distribuído de negação de serviço), que usa robôs (máquinas) em várias partes do mundo para sobrecarregar um sistema.

Os ataques começaram de madrugada. A maioria teria partido de computadores localizados na Itália. Os *hackers* fizeram acessos em sequência aos sites da Presidência da República, Portal Brasil e Receita Federal. Foram mais de dois bilhões de acessos, um volume que congestionou a rede durante a madrugada do primeiro dia de ataques.

O Serpro, Serviço Federal de Processamento de Dados, responsável pela segurança dos sites, disse que esse foi o maior ataque sofrido até hoje, mas afirma que não houve invasão. Os dados e informações dos sites estão preservados.

“Nós temos sistemas especializados no assunto, pessoas altamente treinadas, que acompanham esse processo, 24 horas por dia, sete dias por

semana, todos os dias do ano, acompanhando esse processo de tentativas de ataques de invasores", declarou o diretor superintendente do Serpro, Gilberto Paganutto.

A Polícia Federal foi acionada pelo governo para investigar os ataques. De acordo com a imprensa brasileira, ela teria reunido informações e estaria monitorando as ações dos *hackers*; toda a investigação correria em sigilo.

A assessoria de imprensa da Presidência da República garante que nenhuma informação foi roubada pelo grupo, que, em contrapartida, alega ter obtido dados de funcionários do governo e da Petrobras.

Conclui-se, assim, que este fato, de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, exige que o Congresso Nacional, cumprindo o seu fim institucional e atendendo a reclamos sociais, manifeste-se a respeito, e com todo o rigor que a situação exige.

Por esses motivos, entendemos oportuno o momento para aprofundar o conhecimento dos membros desta Comissão sobre o grau de vulnerabilidade da atual rede de informação do governo brasileiro, sobretudo com relação às informações confidenciais que podem comprometer a segurança nacional, a fim de produzir propostas para a proteção mais eficiente dos portais institucionais brasileiros, o que pode ser alcançado mediante a realização de audiência pública com as autoridades indicadas neste requerimento.

Sala das Sessões, em de junho de 2011.

Deputado SANDRO ALEX
PPS/PR